

# A Trajetória do Capitão de Mar e Guerra José Moreira Guerra nas “Praias do Aracaju” (1855-1878)

*The Career of Sea and War Captain José Moreira Guerra at the “Beaches of Aracaju” (1855-1878)*

**Bruna Morrana dos Santos Cavalcante**

Doutora em História pela Universidade de Brasília (UnB) é Professora de História na Secretaria de Estado da Educação e da Cultura de Sergipe (SEDUC/SE)

## RESUMO

Esse trabalho contempla o estudo da trajetória<sup>1</sup> individual e familiar do Capitão de Mar e Guerra José Moreira Guerra e das estratégias sociais, econômicas e políticas utilizadas por ele, enquanto membro da primeira elite, para manter ou aumentar a sua posição social em Aracaju, nosso marco espacial. A pesquisa abrangeu grande parte da segunda metade do século XIX, pois inicia-se com a transferência da capital da província protelada em 17 de março de 1855 durante a presidência de Inácio Joaquim Barbosa, e termina em 1878, ano da morte do inventariado. A análise de variadas fontes como inventários, testamentos, jornais e registros paroquiais, possibilitou o acompanhamento da trajetória desse prestigiado militar que teve atuação destacada nos primeiros anos de consolidação de Aracaju.

**PALAVRAS-CHAVE:** Riqueza; Sociedade; Aracaju; Marinha do Brasil; Século XIX.

## ABSTRACT

*This work contemplates the study of the individual and family trajectory of the naval captain José Moreira Guerra and the social, economic and political strategies used by him, as a member of the first elite, to maintain or increase his social position in Aracaju, our spatial landmark. The research covered much of the second half of the 19th century, as it begins with the transfer of the capital of the province postponed on March 17, 1855 during the presidency of Inácio Joaquim Barbosa, and ends in 1878, the year of the deceased's death. The analysis of various sources such as inventories, wills, newspapers and parish records made it possible to follow the trajectory of this prestigious military man who played a prominent role in the first years of consolidation of Aracaju.*

**KEYWORDS:** Wealth; Society; Aracaju; Brazilian Navy; 19th Century.

A colonial cidade de São Cristóvão, localizada a 19 quilômetros de Aracaju, deixou de ser o centro das decisões político-administrativas a partir da resolução de 17 de março de 1855, sancionada pelo Dr. Inácio Joaquim Barbosa. Esta mudança foi, sem dúvida, um dos temas mais discutidos pela historiografia sergipana no que diz respeito a quem teria sido o mentor da ideia de transferir a capital, se foi João Gomes de Melo, o Barão de Maruim, ou o presidente da província, Inácio Joaquim Barbosa. O fato é que, naquela época, a região em que se desenvolveria Aracaju era habitada por pescadores e alguns poucos funcionários públicos. E como consequência dessa transferência, “aumentou o número de pessoas que se afastaram do setor primário, por necessidades de direção dos trabalhos de construção da cidade.” (ALMEIDA; DINIZ, 2013, p. 118).

Além disso, o crescimento da vida urbana na nova capital e os estímulos dados principalmente, pela ampliação do comércio e do setor de serviços, fizeram com que muitas pessoas saíssem do interior da província em direção à recém-criada Aracaju para tentar fazer fortuna. Sendo assim, podemos afirmar que, quase a totalidade das pessoas abastadas ou prestigiadas (pois, riqueza não implica prestígio e vice-versa), que migraram para a nova capital, não nasceram em Aracaju.

Cogitou-se, inclusive, que a rica cidade de Laranjeiras, localizada na zona canavieira, poderia ser a nova capital, mas a sua posição de destaque na produção do principal produto da província não conseguiu competir com a geografia e com o auspicioso futuro que o quase inabitado Aracaju poderia vir a ter. Passaram a entrar pela *barra do Aracajú* ou da *Cotinguiba* navios de alto bordo, fato que a diferenciava das demais barras da província.

Esse texto é um desdobramento da pesquisa que resultou na dissertação de mestrado, “*Riqueza e Sociedade na Comarca de Aracaju: um estudo sobre a dinâmica familiar da Primeira elite de Aracaju (1855-1889)*”, defendida no ano de 2018 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, e recém convertida em livro de mesmo nome, publicado em 2022. Para o desenvolvimento da pesquisa de mestrado, foram escolhidos doze inventariados que viveram na capital de Sergipe entre 1855 e 1889. Além de fazerem parte da “nova elite” que se formou em Aracaju, estes personagens moravam na área mais nobre da cidade – o quadrado de Pirro<sup>2</sup> – e estavam inseridos num universo de sociabilidade através das relações de parentesco (consanguíneo ou por afinidade), vizinhança, vínculos de amizade, sistemas de herança e das estratégias matrimoniais.

É importante ressaltar que, a denominação “nova elite” refere-se a um grupo de pessoas detentoras de capital econômico e simbólico, que não eram ligadas exclusivamente à grande lavoura, mas ao comércio e ao funcionalismo público, por exemplo. Em outras palavras, neste artigo, enxergamos a “elite” a partir do subsídio dado pela teoria de Pierre Bourdieu no que diz respeito à definição de classe social, pois segundo ele, quando se reduz o campo social unicamente ao campo econômico, desconsidera-se a existência das demais formas de capital que estão presentes na sociedade: capital político, capital cultural, capital simbólico, etc.

Seguindo o pensamento do sociólogo francês, a nova capital Aracaju deve ser vista como um *espaço de posições*, sendo que, no âmbito deste, tais posições se diferenciam a partir de uma distribuição desigual de bens e recursos escassos, que podem ser do dinheiro ao poder político,

da autoridade científica ao carisma religioso. Tais recursos (formas de capital), portanto, são disputados pelos agentes que ocupam as diferentes posições no espaço (conceito de campo).

Dentro desse grupo, estava José Moreira Guerra, capitão dos portos de Sergipe de 1854 a 1864, que contribuiu ativamente durante os primeiros anos de edificação e povoamento de Aracaju. Nascido em 13 de fevereiro de 1807 na Bahia, ele descendia de Agostinho Moreira Guerra, negociante português influente na sociedade baiana, e de D. Maria Joaquina da Silva. Um de seus irmãos era homônimo do pai, o Dr. Agostinho Moreira Guerra, que se formou juiz de direito em 1823 e chegou a ocupar o cargo de procurador da Coroa.

De acordo com um artigo publicado na *Revista Marítima Brasileira*, José Moreira Guerra ofereceu-se ao Presidente da Província do Rio Grande do Sul em agosto de 1827, para servir como piloto da Armada durante a conhecida Guerra da Cisplatina (1825-1828). Em função do seu exitoso desempenho comandando embarcações, foi nomeado como 2º Tenente de comissão da Armada Nacional e Imperial pelo mesmo presidente em 07 de maio de 1828. Na Guarda-Marinha, tornou-se 2º Tenente em 21 de fevereiro de 1829 e 1º Tenente em 22 de outubro de 1836<sup>3</sup>. Nesse ínterim, José Moreira Guerra transitou entre a Corte, Montevidéu (Uruguai) e o Pará prestando serviços, até ser promovido Capitão-tenente por decreto de 23 de julho de 1843. Além disso, foi nomeado no início de 1853 para servir na Capitania dos Portos da Bahia, como diretor do farol da barra e para comandar a corveta “*D. Jannuaria*”.<sup>4</sup>

Já em 24 de maio daquele mesmo ano, foi transferido para a província de Sergipe para assumir o cargo de inspetor das barras, que estava sendo ocupado pelo Capitão de fragata Rodrigo José Ferreira. Sua tarefa

seria “tratar do melhoramento e conservação das barras da Província de Sergipe.”<sup>5</sup> Sendo assim, Guerra fixou-se na cidade de São Cristóvão, antiga capital daquela província, durante a presidência do Dr. Luís Antônio Pereira Franco, que teve um governo marcado pelas acirradas disputas partidárias entre conservadores e liberais. Atuando na nova função, a cada ano trabalhado, os vencimentos de José Moreira Guerra pagos pela verba Corpo da Armada chegavam a novecentos mil réis (900\$000). Além do soldo, Guerra também recebia gratificações anuais de cento e oitenta mil réis (180\$000) e de trezentos mil réis (300\$000) pelas inspeções dos rios da província.

Sua nomeação para assumir a Capitania do Porto de Sergipe se deu em 21 de outubro de 1854 e a graduação como Capitão de fragata veio em 1856. Guerra era destacado pela imprensa local como um “*official activo, cuidadoso e circumspecto*”<sup>6</sup>. Durante os primeiros anos de atuação empregado como capitão do porto, Guerra examinou as barras do rio Real, a mais violenta, e do Vaza-Barris, o maior rio da Província, o que deve ter lhe proporcionado acumular um conhecimento mais científico sobre as entradas fluviais sergipanas. O Capitão buscou, principalmente, resolver as necessidades mais urgentes das perigosas barras da província. A respeito desse assunto, a historiadora Maria da Glória Almeida nos diz que:

No esforço de integração das regiões produtoras ao novo sistema das relações internacionais, perseguiu-se o aperfeiçoamento dos transportes, a modernização dos portos, a melhoria das condições gerais de navegabilidade. No decorrer do século XIX, à medida que a produção sergipana vem a crescer e tem que ser conduzida para outros mercados, tornaram-se essas as grandes preocupações de uma pequena Província aparentemente bem-

-dotada de vias comunicantes, mas com sérios problemas de abordagem das vias fluviais e perigosa movimentação das areias dos seus estuários. (ALMEIDA, 1984, p. 22)

É importante ressaltar que, a ascensão aos postos de Capitão de fragata e de Capitão de mar e guerra a posteriori, o colocava entre os militares de maior “*status*” dentro da Armada, já que ele fazia parte do Corpo de Oficiais. Em junho de 1863, com mais de 35 anos de serviço militar, Guerra solicitou ao Ministério da Marinha o afastamento do seu cargo, por estar incapacitado em função de uma hérnia inguinal incurável. O decreto que o tornou um oficial reformado com o seu respectivo soldo, foi assinado em 17 de fevereiro de 1864. Pouco tempo depois, foi exonerado do cargo de Capitão dos portos de Sergipe.

Muito pouco se sabe sobre os militares que viveram na Aracaju oitocentista, pois quase não dispomos de trabalhos na historiografia local e quando nos referimos aos integrantes da Marinha Imperial, essas produções de cunho acadêmico praticamente são inexistentes. Por isso, o objetivo desse artigo é apresentar fragmentos da trajetória de José Moreira Guerra, além de desvendar quais eram as estratégias sociais e econômicas desse agente para manter-se na posição social que ocupava. Para realizar tal empreitada, utilizamos inventários e testamentos da Comarca de Aracaju, processos judiciais também salvaguardados pelo Arquivo Judiciário de Sergipe, registros paroquiais da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Aracaju e jornais (notadamente o *Correio Sergipense*, periódico oficial da época).

A fim de realizar o estudo sobre a “nova elite” aracajuana, empregou-se a metodologia de pesquisa prosopográfica, que tem sido uma das mais importantes ferramentas utilizadas pelos historiadores sociais.

Neste método histórico, o interesse maior está no grupo, por isso, diversas informações sobre os indivíduos (nascimento e morte, casamento e família, origens sociais, educação, riqueza pessoal, etc.) são combinadas e examinadas para que seja possível encontrar variáveis significativas.

José Moreira Guerra teve participação ativa na política sergipana, especialmente no processo de mudança da capital, sendo lembrado como um dos braços fortes do presidente Inácio Barbosa. Na época, vários insultos foram dirigidos aos responsáveis pela retirada da primazia da cidade de São Cristóvão, inclusive Guerra: “O povo da velha capital, esbulhada da sede do governo, desfila o seu rosário de lamentos, apelidando o presidente Inácio de Catinga, o capitão dos portos, José Moreira Guerra de “Guerra do Diabo” [...]”<sup>7</sup>

## **A TRANSFERÊNCIA DE UM NOVO “POVOADOR” PARA ARACAJU**

Os presidentes que sucederam a Inácio Barbosa deram sequência ao seu projeto de construção da nova capital. Como já foi consagrada pela historiografia, a falta de casas era uma constante na nova capital e as habitações que já existiam eram precárias. Assim como tantos outros forasteiros, José Moreira Guerra comprou vários terrenos nas praias desérticas do Aracaju. O Barão de Maruim, proprietário de inúmeros terrenos na nova capital, “deu terras ao compadre Guerra, ao capitão Batista Sales.” (SOBRINHO, 1955, p. 222). É evidente que não há nada de generosidade neste ato, mas sim, a alimentação de uma rede de influências, trocando bens, supostamente públicos, pelo apoio político. A partir de fontes históricas constatamos que, o Barão foi o padrinho de casamento de Eufemia Guerra, filha de José Moreira Guerra.

Encontram-se na imprensa local da época, diversos registros que evidenciam a existência de uma preocupação com a higiene e a limpeza das ruas da cidade, que foi atingida pela *Cholera Morbus* durante os seus primeiros meses de vida. A epidemia de cólera que grassou a província entre 1855 e 1856 era mais uma das doenças que espalhavam terror e morte. Durante a fase de combate à doença, o capitão dos portos integrou ao lado do engenheiro Sebastião José Basílio Pirro uma comissão filantrópica para o “socorro humanitário” dos coléricos da capital. Guerra ficou responsável por distribuir gêneros alimentícios à população de indigentes de Aracaju<sup>8</sup> e também escolheu o local em que seria erigido o primeiro cemitério da cidade. Devido à sua atuação nesse contexto pandêmico, foi diplomado como Cavaleiro da Ordem de Cristo.

José Calasans chegou a afirmar que, por causa das epidemias, o capitão Guerra abandonou Aracaju e foi morar na cidade de Laranjeiras com sua família e que este só retornava a Aracaju para despachar o expediente da sua repartição (CALASANS, 1942, p. 75). É importante assinalar que o inspetor dos portos foi um dos que apoiou Inácio Barbosa na mudança da Capital. O intelectual sergipano Epifânio Dória certificou que o presidente Inácio Barbosa não teve medo da situação, ao contrário de outros seus amigos que “não se sentiram com coragem de fixar-se na então praia de Aracaju, mas em Laranjeiras uns e em Santo Amaro das Brotas, outros.” (DÓRIA, 2009, p. 123)

Os primeiros anos de existência da nova capital foram marcados por um intenso deslocamento populacional e pela execução de várias melhorias na infraestrutura do espaço citadino, empreendidas pelos presidentes de província que governaram depois de Inácio Barbosa.

Nesse sentido, houve uma preocupação do poder público com a organização da cidade, através da instituição de posturas municipais. Esse período de consolidação da nova capital também foi marcado por conflitos que envolveram, principalmente, a posse de terrenos. No dia 14 de agosto de 1868, o capitão José Moreira Guerra entrou com uma ação contra D. Clara de Faro Montes, viúva de Teodorico Rodrigues Montes. Segundo o autor do libelo cível<sup>9</sup>, ele teria comprado em 18 de maio de 1855 uma porção de terras no Sítio da Olaria a Clemente Francisco do Vale e a sua mulher Francisca Clementina de Almeida, que dividiam o domínio destas terras com outros “heréos” (herdeiros). Na presença de Antônio Martins Fontes, que serviu de testemunha, o valor de vinte mil réis (20\$000) foi pago ao casal depois de ter sido entregue a José Moreira Guerra o título das referidas terras.

Concluída a compra, José Moreira Guerra mandou demarcar as suas terras e aforou-as a diversas pessoas que edificaram casas. Até mesmo a um escravo africano de D. Maria da Glória Lemos Mascarenhas, chamado Germano, que construiu a mando da sua senhora nas terras de José Moreira Guerra, uma casa de taipa e telha na Rua da Conceição. Ao mesmo tempo, Josepha, outra escrava de Maria Mascarenhas, também edificou uma casa de taipa e telha nesta rua. Como alegou Guerra, o registro dos terrenos foi feito em setembro de 1858 de acordo com os autos do processo:

O abaixo assignado vem merecer de V. S. R. o registro de seus terrenos n'esta Capital, que constam de cincoenta e tres braças de terra que faz o 3º quarteirão da Cidade entre as ruas de S. Salvador e S. Christóvão; e bem assim igual numero de braças, que faz o 4º quarteirão entre as mesmas ruas; e tambem vinte e cinco braças no 3º quarteirão entre a rua de S.

Christóvão, e a praça da Alfandega; cujos terrenos fazião parte das terras – pro indiviso – pertencentes aos eréos Clemente Rodrigues do Valle, João Barbosa Cabeça-molle, Nicolau Jose de Almeida, e outros, os quaes na qualidade de eréos de taes terras, fizeram venda legal ao Supp<sup>e</sup> que as possui como suas [...]¹⁰

A demarcação feita pelo engenheiro Sebastião José Basílio Pirro foi solicitada pelo capitão de fragata em fevereiro de 1859. Só que anteriormente, em 1857, o capitão deu o consentimento para que o Tenente Coronel Teodorico Rodrigues Montes também edificasse uma casa, já que o oficial da Guarda Nacional era recém-chegado na capital, vindo da cidade de São Cristóvão. Depois da permissão, as partes envolvidas concordaram que, anualmente, Teodorico pagaria o respectivo foro do terreno, onde ele edificou uma casa de palha em frente à residência de José Moreira Guerra, que por sua vez, a comprou em 1855 ao casal João Barbosa Cabeça Mole e Maria Magdalena do Espírito Santo.

De acordo com o depoimento de Guerra, algum tempo depois, Teodorico obteve um registro de compra das mãos de Clemente do Vale, passando a não reconhecer o direito de posse que o capitão dos portos tinha sobre as 50 braças de terras (o que equivalia a aproximadamente 91,44 metros) com fundos de 94 braças. Até então o impasse entre eles já havia começado, mas agravou-se quando Teodorico resolveu não pagar o foro ao tutor e ainda começou a incentivar os demais foreiros a não pagarem também.

Mesmo depois da morte do marido, em 1863, a viúva Clara Montes continuou a declarar que o casal era dono daquelas terras, pois o referido terreno, que se localizava em frente à chácara de José Moreira Guerra, foi comprado legitimamente a Clemente Francisco do Vale. O

terreno foi avaliado no auto de partilha do inventário de Teodorico pelo valor de um conto de réis (1:000\$00), sendo que uma parte desta quantia seria utilizada para o pagamento de dívidas do casal a Benedito Gonçalves Monteiro (600\$000) e a outra (400\$000) deveria ser dividida igualmente entre os órfãos Alfredo, José Antônio, Juvêncio e Ângelo.

Aberta a petição por José Moreira, Clara Montes, a esposa do Tenente Coronel, foi citada pela justiça em agosto de 1868 através do seu filho, o professor Alfredo de Siqueira Montes. No dia 09 de março de 1869, na Câmara Municipal de Aracaju, foi realizada a primeira audiência pública do caso, presidida pelo Juiz Municipal Francisco Sabino Coelho de Sampaio, primeiro suplente em exercício.

Porém, em maio do mesmo ano, antes da realização da segunda audiência prevista, José Moreira Guerra acabou solicitando a desistência da ação de reivindicação do domínio das terras que movia contra a ré, a que também precisava consentir com a desistência. Mas, Clara de Faro Montes alegou que só daria o consentimento se o capitão dos portos abrisse mão dos terrenos e se compromettesse a não mover nenhuma outra ação contra ela ou seus filhos. Então, Guerra concordou com as condições da ré e a ação foi encerrada. Até o momento não se sabe o porquê da desistência de José Moreira Guerra.

Posteriormente, em 14 de agosto de 1873, José Moreira Guerra contestou a posse sobre terras e entrou com outra ação cível<sup>11</sup>, desta vez contra Francisco Clemente de Almeida e sua mulher Francisca Clementina de Almeida. De acordo com os foreiros do terreno:

Fisemos venda ao senhor Capitão Tenente José Moreira Guerra, de uma porção de terras que o mesmo senhor

ocupa, cercada com malhadas e plantações e casa de taipa, pelo preço e quantia de vinte mil réis, os quaes recebemos ao entregar o presente título, sedendo todo o dominio e mesmo posse das mesmas terras ao mesmo senhor que fica na qualidade de heréo com todas as garantias da ley igual a nós e os mais heréos [...]”<sup>12</sup>

As terras que foram vendidas a José Moreira Guerra, em 28 de maio de 1855, localizavam-se no antigo sítio Olaria<sup>13</sup>, onde mais tarde seria a Rua de Santo Amaro, na época chamada de Independência. Por que, depois de alguns anos, José Moreira Guerra decidiu requerer a posse das terras? Talvez porque os terrenos em disputa estavam se valorizando com o desenvolvimento da cidade. Além do mais, essa porção de terras ficava numa área próxima à residência do capitão, que morava na Rua Geru ou na “Rua do Guerra” como era popularmente conhecida. Analisando o imposto predial de 1877<sup>14</sup>, por exemplo, constatou-se que o valor locativo dos imóveis da Rua de Santo Amaro estava entre seiscentos mil réis (600\$000) e quatrocentos mil réis (400\$000). No entanto, mais uma vez Guerra desistiu da ação movida contra o casal e abriu mão de qualquer direito que ele poderia ter sobre os terrenos. Esses casos aqui apresentados são interessantes, pois tratam de questões que envolvem terras onde parte da cidade de Aracaju foi edificada e permitem-nos perceber que a apropriação do solo na nova capital já estava baseada no regime de compra e venda.

### **RIQUEZA NA COMARCA DE ARACAJU: BENS, FORTUNAS E HÁBITOS DA FAMÍLIA GUERRA**

É inegável que, a história da família Guerra Fontes confunde-se com a história da nova capital, Aracaju. A filha do capitão

de Mar e Guerra José Moreira Guerra casou-se com Joaquim Martins Fontes Junior, natural da Vila do Lagarto, filho do prestigiado capitão-mor das Ordenanças da Vila do Lagarto Joaquim Martins Fontes com Ana Joaquina Portela. Apesar de não se ter até o momento a informação precisa de como o casal se conheceu e nem a data e local do enlace matrimonial de Eufemia e Joaquim, tudo indica que ocorreu em meados da década de 1850, pois encontramos no *Correio Sergipense* um registro de viagem para a Bahia feita pelo casal no ano de 1856 juntamente de Eufemia Pinheiro Guerra, primeira esposa de José Moreira Guerra desde 1830.

O casamento, enquanto um *investimento* importante, traria benefícios tanto materiais quanto simbólicos. Obviamente, existiu por parte das duas casas envolvidas o interesse nessa união, pois Joaquim Fontes poderia fornecer capital político e ligações possíveis ao futuro sogro, levando em consideração que seu pai teve uma carreira de prestígio no Primeiro Reinado, além de ter sido proprietário de engenhos e possuir um número considerável de escravos. Já Eufemia Guerra, levou para esta nova unidade familiar o peso de ser filha de um homem que, além de político, ocupava um dos cargos mais importantes da Província, visto que a dificuldade de navegação nas barras províncias era uma das prioridades do governo conciliatório de Inácio Barbosa. Uma outra variável importante era o fato de Joaquim Martins Fontes ser letrado, isso facilitaria a administração dos bens e, assim, colaboraria com a manutenção da riqueza da família. Além do mais, o matrimônio de Eufemia e Joaquim possibilitaria o convívio entre membros que ocupavam as posições mais valorizadas socialmente.

O capitão dos portos José Moreira Guerra também esteve envolvido na re-

cepção do imperador Dom Pedro II e da Imperatriz Thereza Cristina em Aracaju. Certamente por causa do posto que ocupava e do prestígio que possuía, na manhã de 11 de janeiro de 1860, Guerra foi um dos primeiros a avistar a entrada da esquadrilha imperial na barra do Cotinguiba e, logo em seguida, “o sr. capitão do porto fez ás pessoas de VS. MM. II. os seus respeitosos cumprimentos, indo beijar-lhe ás mãos [...]”<sup>15</sup> Entre as suas visitas à capital, o imperador passou pela capitania dos portos, onde foi saudado pelos empregados e por Guerra, zeloso comandante daquela repartição. Em outro momento, o imperador bebeu um pouco da água do poço pertencente ao capitão do porto José Moreira Guerra e disse que ela possuía “gosto agradável e mui transparente.”<sup>16</sup> Naquele mesmo ano da visita das autoridades imperiais, Guerra foi agraciado com a Ordem da Rosa, como recompensa pelos serviços militares prestados.

Em 1861, foi oferecido pelo Oficial da Marinha José Moreira Guerra em sua casa, na Rua do Geru, um jantar ao presidente da província Dr. Thomaz Alves Júnior. Cerca de 200 pessoas estiveram presentes na reunião que “esteve muito animada, e principiando às 4 horas da tarde terminou às nove horas da noite”<sup>17</sup>. Participante da política local desde a época da transferência da capital de São Cristóvão para Aracaju, o capitão dos portos necessitava permanecer dentro do campo político e, para isso, deveria estabelecer e reforçar alianças. Na cozinha da casa, encontravam-se, além das diversas panelas, uma máquina de fazer azeite e outra de fazer café.<sup>18</sup> Sem dúvida, objetos indicadores de opulência, como copos e garrafas de cristal e objetos de porcelana eram utilizados pela senhora Guerra nesses jantares requintados, que contavam com a presença indivíduos ilustres.

Cada vez mais, estavam disponíveis às mãos dos compradores gêneros destinados às mesas dos habitantes mais ricos de Aracaju. Por exemplo, José Moreira Guerra comprou em meados dos anos 1870 para o consumo familiar, mercadorias como vinho do porto, bacalhau, manteiga inglesa em lata, açúcar refinado, azeite<sup>19</sup>, queijo flamengo, passas, café e azeitonas.<sup>20</sup> Figurava ainda nessa lista, velas de espermacete e latas de gás, que talvez fossem utilizadas na iluminação da casa através dos candeeiros.

Na casa de Guerra existia, ainda, um piano usado. Este instrumento apresentava-se “como objeto de desejo dos lares patriarcais, porque comprando um piano, as famílias introduziam um móvel aristocrático no meio de um mobiliário doméstico incharacterístico [...]” (ALENCASTRO, 2006, p. 47). Assim, além de determinar a classe que os membros dessas famílias faziam parte, estes objetos ostentatórios serviam também como elementos distintivos no mundo social. Por fim, ao analisar o modo de vestir dos aracajuanos da elite, percebemos que o capitão Guerra costumava comprar tecidos como chita e brim, possivelmente para fazer calças, além dos lenços e sapatos de trança.<sup>21</sup>

Depois de realizada a pesquisa, constatou-se que, dentre os membros que estudamos da primeira elite aracajuana, os negociantes eram os que detinham as fortunas mais consideráveis. Os espólios dos dois inventariados que eram militares do Exército ou da Marinha não chegavam perto desse valor, pois eram fortunas consideradas medíocres. Em 1860, José Moreira Guerra, recebeu o valor de um conto, quatrocentos e setenta e um mil, trezentos e cinquenta mil réis (1:471\$350), somando o salário e os adicionais a que teve direito.<sup>22</sup> Há de se considerar que o seu aumento salarial foi notório ao longo dos

anos, chegando a embolsar em apenas doze meses a quantia de três contos de réis (3:000\$000). Apesar de ter um cargo mais prestigioso e ter um salário maior do que José Pinto da Cruz, outro militar, foi proprietário apenas da casa onde morava na Rua do Geru, a antiga Rua do “Guerra”.

José Moreira Guerra também tirava rendimentos do aluguel de uma cocheira localizada dentro sua chácara, descrita como “úm terreno cercado e plantado de capim com duas cancellas com cadidos.”<sup>23</sup> No ano de 1868, Guerra impetrou uma ação de despejo contra o arrendatário Manoel Francisco de Andrade, que pagava quinze mil réis mensais (15\$000) ao oficial pelo aluguel da cocheira.<sup>24</sup> No entanto, o réu Manoel Francisco passou a não pagar mensalmente o arrendamento que foi feito para dois anos. Além da desocupação, o autor da ação solicitou que fossem penhorados três cavalos existentes na referida cocheira para o pagamento da dívida. A cocheira feita de tijolos era rebocada e possuía quarto de guardar arreios, prateleiras e caixões para guardar capim, quartos para banhos e sala de espera com bancos.<sup>25</sup> No final do processo, José Moreira Guerra saiu vitorioso.

Por causa de problemas cardíacos, a baiana Eufemia Pinheiro Guerra, primeira esposa de Guerra, faleceu em Aracaju no dia 19 de setembro de 1867 aos cinquenta anos, sendo sepultada no cemitério de Nossa Senhora da Conceição do Aracaju, inaugurado em 1862. A meação recebida pelo viúvo segundo o inventário de Eufemia foi de cinco contos, noventa e três mil, setecentos e noventa. réis (5:093\$790)<sup>26</sup>. O espólio do seu inventário correspondente a quatro contos, trezentos e vinte e quatro mil réis (4:324\$000) foi menor do que o valor da meação do primeiro consórcio, visto que Guerra contraiu segundas núpcias em outubro de 1869 com a sancristo-

vense D. Maria da Glória Távora. Além do imóvel na Rua do Geru, avaliado em três contos de réis (3:000\$000), no inventário do capitão dos portos constavam bens como: oratório com cinco imagens, sofá, cadeiras, mesa, relógio de parede, revólver, uma comenda e três hábitos, tacho de cobre e escravos.<sup>27</sup> Também fazia uso há muitos anos de um relógio de algibeira com cadeia de ouro. O chamado “cebolão” era “vendido por ambulantes em todos os cantos do Império, trazendo a hora certa ao Brasil oitocentista.

No processo de inventário de Eufemia Pinheiro Guerra, houve um impasse entre sogro e genro que provavelmente abalou as relações familiares naquele momento. Tudo começou quando, em 31 de janeiro de 1868, Joaquim Martins Fontes entrou com uma petição para que se determinasse o dia e a hora do início do inventário dos bens da sogra, já que os bens do casal estavam em posse do viúvo José Moreira Guerra. Talvez o genro nutrisse uma certa desconfiança em relação às atitudes do sogro e, então, ele agiu para garantir a legítima materna da sua esposa, já que era o representante do casal.

Entre os bens deixados por Eufemia Pinheiro Guerra figuravam: prataria, joias, tachos de cobre, móveis de jacarandá e vinhático, piano, louças e vidros, escravos, gado e roça<sup>28</sup>. A finada devia, inclusive, quarenta mil réis (40\$000) a Thomaz Narciso Ferreira, negociante muito conhecido na cidade.<sup>29</sup> O patrimônio da primeira esposa de José Moreira Guerra foi avaliado em dez contos, cento e oitenta e sete mil, quinhentos e oitenta réis (10:187\$580)<sup>30</sup>. A contenda familiar começou em fevereiro de 1868, quando Joaquim Martins Fontes escreveu uma declaração pública a respeito da conduta do seu sogro:

E não é um grande pezar meo, que levanto a ponta do véo, que até hoje

tem ocultado factos que o se teem dado no seio da familia os quaes deverião continuar occultos, ou ignorados do publico á bem do prestigio de meo sogro e Coronel José Moreira Guerra e do de nossa familia; mas há momentos na vida Illustrissimo Snr Doutor Juiz Municipal, em que o homem não pode, ainda que para isso tenha de fazer um esforço quazi sobre natural, deixar de trazer a luz da publicidade, certos factos e acontecimentos, que a modestia, o dever, a honra mesmo da familia exigirão continuar nas trevas em que jazião involtos. Eu os vou por tanto patentias, mas com o coração transpassado de dor e obrigado pela necessidade e dever que tenho de não deixar passar por verdade úm prejuizo á meos filhos. Sou pois forçado a impugnar a maior parte das declarações por meo sogro feitas no presente inventario at.9, assim como á declarar bens que forão occultados e que se não descreverão, como era dever do inventariante [...].<sup>31</sup>

No ano de 1875, Guerra foi a 3ª testemunha durante um processo de denúncia crime iniciada pelo negociante José Narbone contra Francisco das Chagas Lima. No que diz respeito à fonte principal de rendimentos, constava no documento que o oficial “vive de seu soldo”<sup>32</sup>. O fato é que, em nove anos, José Moreira Guerra se desfez de alguns bens que recebeu no inventário da sua primeira esposa, sendo o mais relevante o quinhão de três contos, e quinhentos mil réis (3:500\$000) que possuía na casa de vivenda localizada no sítio do casal.<sup>33</sup> Neste mesmo sítio, morava Diogo Eugenio Fábio Guerra, filho do seu primeiro casamento com Eufemia Pinheiro, nascido em 1845. Ao morrer, o tenente do Exército Joaquim Martins Fontes deixou a família numa situação financeira pior do que a do seu sogro, José Moreira Guerra.

As afirmações de Joaquim Martins Fontes diziam respeito à ocultação de bens e ao dote que lhe foi conferido na ocasião do seu enlace matrimonial. Joaquim recebeu dos genitores da noiva o valor de um conto e quinhentos mil réis (1:500\$000) referente ao dote. Este era considerado um importante meio de sustento inicial para a família que iria formar-se, além de ser um adiantamento da herança de uma filha.

Foram recebidos pelo coerdeiro Joaquim Martins Fontes três escravos e objetos, como joias, prataria e um piano usado, que compuseram o enxoval da noiva. Joaquim reiterou que, apesar de o sogro lhe ter oferecido “objetos velhos”, não precisava deles e defendeu-se dizendo que: “quando me casei encontrou minha mulher úma caza mobiliada descentemente e com todo o necessario p<sup>a</sup> seo serviço até o da cozinha.”<sup>34</sup>

Na partilha dos bens da falecida sogra, Joaquim levou metade do que recebeu à colação, setecentos e cinquenta mil réis (750\$000). Isso quer dizer que o valor referente ao dote seria adicionado ao espólio líquido antes da divisão entre os herdeiros. Pelo discurso de Joaquim, percebe-se que o dote já não tinha a mesma função dos séculos XVI e XVII, já que no século XIX o sustento da nova família passou a depender do trabalho do marido. A historiadora norte-americana Muriel Nazzari pontua que as “alterações no conteúdo dos dotes refletem a transformação da função da família, que de unidade de produção, passa a ser unidade de consumo.” (NAZZARI, 2001, p. 196)

Além disso, Joaquim Martins Fontes reclamou a dívida de oitocentos mil réis (800\$000) do casal referente à doação de um terreno feita pelo Barão de Maruim, padrinho de casamento da sua esposa. O sogro, ofendido com as declarações, respondeu que deu os objetos ao genro e

que o Barão de Maruim não fez a doação e caso esta fosse comprovada, ele pagaria a dívida. Durante a réplica, o Capitão dos Portos revelou ainda a sua contrariedade a respeito do casamento entre Joaquim Martins Fontes e Eufemia Guerra:

[...] porem o unico pezar q.~ me acompanha e q.~ sempre me [ilegível] a consciencia [ilegível] e de ter, contra minha vontade, consentido no casamento de minha filha com o coherdeiro, e q.~ annuî á instancias do Ec.<sup>mo</sup> Barão de Maroim, mas ao publico sensato deixo a apreciação da importante pessoa de meo genro, e que nos julgue a ambos [...].<sup>35</sup>

Talvez a confissão de José Moreira Guerra tenha sido provocada pelo momento de desavença que vivia com o genro e, de fato, as fontes parecem confirmar a versão difundida por José Calasans e Sebrão Sobrinho. Segundo o primeiro intelectual, “Inácio Barbosa quiz também casar com a filha de José Moreira Guerra, capitão dos Portos, segundo me conta a professora Elvira Guerra Fontes, neta do aludido comandante” (CALASANS, 1942, p. 55). Mesmo sendo pouco mencionada nos estudos sobre o tema, Elvira Guerra muito contribuiu para a educação sergipana no início do século XX. Além de dedicar uma parte da sua vida a lecionar nas escolas públicas de Aracaju, sua cidade natal, ela foi sócia do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) nos anos 1920 e atuou na Liga Sergipense contra o Analfabetismo. Voltando ao enlace matrimonial de Eufemia, Sebrão Sobrinho (1955) insinuou que, esta união foi “obra” do seu padrinho, o Barão de Maruim, pois casou o tenente com “a garotinha baianinha de nove anos, de quem, em ledão, doce engano, se afirma haver querido casar-se o dr. Barbosa, u’a maturidade, em aurora da velhice, a caminho da Morte!”. (SOBRINHO, 1955, p.

267) O “Dr. Barbosa” a que ele se refere é Inácio Joaquim Barbosa, presidente da província de Sergipe, que junto com o Barão de Maruim transferiu a capital de São Cristóvão para Aracaju.

O ilustre capitão dos portos José Moreira Guerra faleceu em 31 de janeiro de 1878 aos 71 anos de idade, vítima de pneumonia, deixando viúva e filhos. Seu corpo foi envolto em hábitos militares, foi encomendado pelo Vigário da Freguesia, José Luiz de Azevedo, e sepultado no cemitério de Nossa Senhora da Conceição do Aracaju.<sup>36</sup>

## CONCLUSÃO

Acompanharam a transferência da máquina administrativa para Aracaju os funcionários públicos, que à revelia ou não, instalaram-se na cidade a partir das facilidades dadas pelo governo provincial. Vieram os profissionais liberais e os negociantes, indivíduos abastados que no princípio, tomaram a iniciativa de pedir aforamentos de terrenos e construir diversas casas em Aracaju. Paulatinamente, os integrantes das melhores famílias da província também trataram de erguer e adquirir seus imóveis no quadrado de Pirro, a região mais nobre da cidade. Foi assim que José Moreira Guerra chegou a Aracaju, na década de 1850 do século XIX. No tocante às fontes consultadas, o maior volume de informações cotejadas a respeito do nosso inventariado é referente ao período que vai de 1850 a 1870, provavelmente, por ter sido a época em que o capitão ainda estava em maior atividade. Além disso, buscou-se dar ênfase nas ações de José Moreira Guerra ocorridas nos anos posteriores à transferência da capital, o que pode explicar a ausência de informações sobre a sua atuação em outras localidades por onde passou, como a Bahia, por exemplo.

Ao longo da pesquisa, buscamos reconstruir não só a sua trajetória individual, mas também familiar. Já que a família não tinha tanta riqueza, para obter reconhecimento social, eles souberam explorar o que Bourdieu chamou de “capital social”, ou seja, o acesso estratégico dos agentes a círculos sociais de influência e de apoio através da amizade com os grandes políticos, como por exemplo, os Barões que ostentaram títulos nobiliárquicos durante o Império. Perscrutamos as estratégias econômicas utilizadas para aumentar as fortunas individuais e, conseqüentemente, das famílias. Vimos que o capitão dos portos apostou na diversificação dos investimentos, como a compra ou construção de imóveis. Por causa disso, ele esteve envolvido em querelas relacionadas à posse de terrenos na nova capital.

Indicamos também a existência de conflitos familiares durante as partilhas de

bens, assim como aconteceu na família de Guerra. Essas tensões demonstraram que os agentes sociais e suas famílias estavam em processo de esgotamento da riqueza, principalmente por causa dos pequenos espólios deixados pelos chefes dos domicílios e pelo fracionamento do monte-mor entre vários herdeiros. Concluímos que o sustento dos núcleos familiares dependia, quase que exclusivamente, do cargo que o chefe da família ocupava no funcionalismo público, como no caso de José Moreira Guerra e de seu genro, Joaquim Martins Fontes. Apesar disso, o cruzamento das fontes nos permitiu ter acesso aos hábitos e costumes burgueses adotados pela família do capitão. Sem dúvidas, há ainda o interesse em acompanhar a trajetória dos descendentes desse personagem tão importante para a sociedade aracajuana daqueles tempos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.) *História da Vida Privada no Brasil*. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente*. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

\_\_\_\_\_. Atividades Produtivas. In: DINIZ, Diana Maria de Faro Leal (Org.). *Textos para a História de Sergipe*. São Cristóvão: Editora UFS, 2013.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Tradução de Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.

CALASANS, José. *Aracaju: Contribuição à História da capital de Sergipe*. Aracaju, 1942.

DÓRIA, Epifânio. *Efemérides Sergipanas*. v. 2. Organização de Ana Maria Fonseca Medina. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 2009.

NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo*, Brasil, 1600-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PORTO, Fernando. *A cidade do Aracaju (1855-1865) – Ensaio de Evolução Urbana*. (Coleção de Estudos Sergipanos, II). Aracaju: Livraria Regina, 1945.

SOBRINHO, Sebrão. *Laudas para a História de Aracaju*. Aracaju: Prefeitura Municipal de Aracaju, 1955.

---

## NOTAS

<sup>1</sup> Inspirado em um tabuleiro de xadrez e com traços extremamente simétricos, assim ficou conhecido o projeto urbanístico de Aracaju desenvolvido pelo engenheiro Sebastião Basílio Pirro.

<sup>2</sup> Almanak do Ministério da Marinha. Edição nº 01, 1858, p. 124.

<sup>3</sup> Revista Marítima Brasileira. Edição nº 119, 1930, p. 326.

<sup>4</sup> Revista Marítima Brasileira. Edição nº 119, 1930, p. 327.

<sup>5</sup> Jornal Correio Sergipense, 26 de setembro de 1857, nº 43, p. 1.

<sup>6</sup> Jornal Gazeta de Sergipe, 17 e 18 de março de 1999, Edição nº 12.054, p. 11.

<sup>7</sup> Jornal Correio Sergipense, 12 de dezembro de 1855, Edição nº 58, p. 4.

<sup>8</sup> Ver: AJU/C. 1º OF. Libelo Cível. Cx. 01/2139.

<sup>9</sup> Ver: AJU/C. 1º OF. Libelo Cível. Cx. 01/2139, p.18.

<sup>10</sup> Ver: AJU/C. 1º OF. Libelo Cível. Cx. 01/2139.

<sup>11</sup> Idem, p. 6.

<sup>12</sup> “A parte central da região aracajuana era conhecida com o nome de Olaria, denunciadora da atividade industrial do lugar. A presença de olarias na praia do Aracajú é um fato que causa espécie, atenta a falta de mercado consumidor. Cremos que se tratava de uma olaria primitiva, empregada na fabricação de adobes simplesmente secos ao sol”. (PORTO, 1945, p. 31).

<sup>13</sup> Jornal do Aracaju, 22 de agosto de 1877, Edição nº 831, p. 4.

<sup>14</sup> Jornal Correio Sergipense, 11 de janeiro de 1860, Edição nº 06, p. 1.

<sup>15</sup> Jornal Correio Sergipense, 16 de janeiro de 1860, Edição nº 07, p. 1.

<sup>16</sup> Jornal Correio Sergipense, 02 de abril de 1861, Edição nº 26, p. 4.

<sup>17</sup> Inventário de Eufemia Pinheiro Guerra, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício, cx. 2083, nº 273, p. 27.

<sup>18</sup> Inventário de José Moreira Guerra (Capitão de Mar e Guerra), AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2329, nº 360, p. 40.

<sup>19</sup> I bidem, p. 45.

<sup>20</sup> Inventário de José Moreira Guerra (Capitão de Mar e Guerra), AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2329, nº 360, pp. 45-48.

<sup>21</sup> GALVÃO, Manuel da Cunha. Relatório com que foi aberta a 2ª sessão da duodécima legislatura da Assembleia Legislativa de Sergipe. Bahia: Typografia de Carlos Poggetti, 1859. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1054/>. (Acessado a 18/10/2024).

<sup>22</sup> AJU/C. 1º OF. Ação de Despejo. Cx. 01/2018, p.19.

<sup>23</sup> AJU/C. 1º OF. Ação de Despejo. Cx. 01/2018.

<sup>24</sup> AJU/C. 1º OF. Ação de Despejo. Cx. 01/2018, p.19.

<sup>25</sup> Inventário de Eufemia Pinheiro Guerra, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício, cx. 2083, nº 273, p. 90.

<sup>26</sup> Inventário de José Moreira Guerra (Capitão de Mar e Guerra), AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2329, nº 360, pp. 26-28.

<sup>27</sup> Inventário de Eufemia Pinheiro Guerra, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício, cx. 01/2083, nº 273, pp. 11-15.

<sup>28</sup> bidem, p. 36.

<sup>29</sup> Ibidem, p. 81.

<sup>30</sup> Ibidem, pp. 23-24.

<sup>31</sup> AJU/1ª V. CRI. Denúncia Crime. Cx. 01/2520, p. 17.

<sup>32</sup> Inventário de Eufemia Pinheiro Guerra, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício, cx. 2083, nº 273, p. 93.

<sup>33</sup> Ibidem, p. 25.

<sup>34</sup> Inventário de Eufemia Pinheiro Guerra, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício, cx. 2083, nº 273, p. 25.

<sup>35</sup> Banco de dados Family Search, Óbitos (1877-1879). Livro 4. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, p. 31.